C/2024/1571

5.3.2024

Parecer do Comité Económico e Social Europeu — O impacto dos preços elevados da energia no setor agrícola e nas zonas rurais

(parecer de iniciativa)

(C/2024/1571)

Relator: **Simo TIAINEN**

Decisão da Plenária	23.2.2023
Base jurídica	Artigo 52.º, n.º 2, do Regimento
	Parecer de iniciativa
Competência	Secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente
Adoção em secção	22.11.2023
Resultado da votação	48/0/0
(votos a favor/votos contra/abstenções)	
Adoção em plenária	14.12.2023
Reunião plenária n.º	583
Resultado da votação	
(votos a favor/votos contra/abstenções)	182/0/2

1. **Conclusões e recomendações**

1.1. Os fortes aumentos dos preços da energia e os riscos de perturbações do aprovisionamento energético têm estado no centro das preocupações da União Europeia (UE) ao longo do último ano, tendo suscitado a adoção de um conjunto alargado de medidas a nível da UE e dos Estados-Membros. As zonas rurais e, em especial, o setor agrícola da UE têm sido muito afetados pelos preços elevados da energia.

1.2. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) constata que a Comissão Europeia e os Estados-Membros introduziram várias medidas para fazer face ao impacto do aumento dos preços da energia. O CESE observa que, em vez de promoverem respostas políticas *ad hoc* a nível nacional, os Estados-Membros deveriam fazer melhor uso dos instrumentos disponíveis no âmbito dos planos estratégicos nacionais da política agrícola comum (PAC) para responder à crise provocada pelas rápidas mudanças no mercado.

1.3. O CESE assinala que o rápido aumento dos preços e, consequentemente, dos custos de produção, também representa um desafio para os mecanismos da PAC. Por este motivo, o CESE propõe que a Comissão pondere a inclusão de elementos anticíclicos nos instrumentos da PAC após 2027.

1.4. O CESE apoia todas as iniciativas que visem reduzir a dependência de fatores de produção e de fontes de energia de origem fóssil. O CESE sublinha a necessidade de promover uma maior coerência entre as políticas para acelerar o ritmo da transição ecológica, em especial no que respeita à descarbonização e às energias não fósseis. Importa assegurar que outras políticas setoriais, além das políticas agrícola e rural, tenham mais em conta estes objetivos.

1.5. O CESE apoia vivamente a ideia de que as práticas contratuais na cadeia de abastecimento alimentar devem refletir em maior medida o aumento dos custos de produção na produção primária. Os contratos relacionados com a cadeia de abastecimento alimentar são, regra geral, rígidos e não têm suficientemente em conta a eventualidade de uma rápida evolução dos custos de produção. O CESE afirma perentoriamente ser necessário melhorar a situação. O CESE apela para a harmonização das diferentes legislações e práticas contratuais, a fim de criar coerência e eficiência entre os Estados-Membros. O CESE salienta que é necessário melhorar a qualidade dos dados estatísticos sobre os custos de produção e as margens de preços dos agricultores.

1.6. Os preços elevados da energia afetam as empresas e a atividade económica nas zonas rurais. A incerteza tem desincentivado o investimento e aumentado o limiar para a contratação de trabalhadores, o que acarreta o risco de diminuição das oportunidades de emprego, em especial nas zonas rurais e nas zonas rurais remotas, onde raramente existem oportunidades de emprego alternativas. O desenvolvimento de infraestruturas energéticas contribui para a criação de novas oportunidades de emprego e pode também constituir fontes de rendimento alternativas ao setor agrícola e outros operadores rurais.

1.7. O CESE assinala que o futuro e a prosperidade das zonas rurais são cruciais para a segurança alimentar, a autonomia estratégica ([1]) e a resiliência da Europa, bem como para a promoção de uma matriz energética sustentável que contribua para a independência energética da UE. O CESE defende a importância do empenho na concretização dos objetivos da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE ([2]). Além disso, sublinha a importância de manter e desenvolver as infraestruturas rurais em toda a UE. A disponibilidade de infraestruturas adequadas e bem mantidas confere maior resiliência e permite a adaptação face à evolução das crises.

1.8. O CESE sublinha que o papel das comunidades de energia locais e regionais tem de ser reconhecido e promovido para se alcançar uma transição energética justa e eficiente nas zonas rurais ([3]). O CESE considera que as comunidades de energia encerram muitas oportunidades e que as comunidades de energia renovável, em particular, se revestem de grande interesse para as zonas rurais. A promoção das comunidades locais e regionais de energia deve ser acompanhada de facilidade de acesso, flexibilidade no plano burocrático e redução dos encargos administrativos. É importante que os fundos da UE também apoiem este tipo de projetos nas zonas rurais.

1.9. O CESE salienta a importância da poupança de energia e da eficiência energética, tanto ao nível do consumo privado como público, o que pode ser alcançado, por exemplo, através de renovações energéticas de edifícios, investimentos em novas máquinas e outras tecnologias, bem como de atividades agrícolas com menor consumo de energia.

2. **Introdução**

2.1. A guerra ilegítima cruel, não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia desencadeou uma crise energética sem precedentes para a UE. Os preços da energia começaram a aumentar rapidamente no outono de 2021 e dispararam após a eclosão da guerra no final de fevereiro de 2022. O aumento acentuado dos preços da energia trouxe dificuldades para as pessoas e as empresas em toda a UE. Os fortes aumentos dos preços da energia e os riscos de perturbações do aprovisionamento energético têm estado no centro das preocupações da UE ao longo do último ano, tendo suscitado a adoção de um conjunto alargado de medidas a nível da UE e dos Estados-Membros. Simultaneamente, a UE tem em curso um ambicioso processo de transição para uma economia neutra em carbono. O presente parecer procura analisar de forma mais aprofundada o impacto dos preços elevados da energia no setor agrícola e nas zonas rurais, bem como formular recomendações para atenuar os seus efeitos negativos.

2.2. O setor agrícola, que constitui um setor estratégico e uma parte crucial das zonas rurais da UE, foi fortemente afetado pelos preços elevados da energia. A produção agrícola consome muita energia, tanto direta como indiretamente, devido à utilização de fatores de produção energívoros, nomeadamente adubos. O aumento dos preços da energia tem afetado significativamente os custos da produção agrícola e tem levado ao aumento da incerteza nos mercados. Devido a esta situação, muitos agricultores têm-se confrontado com uma diminuição dos saldos de tesouraria e têm enfrentado dificuldades na prossecução das suas atividades.

2.3. Muitas atividades agrícolas são sazonais, pelo que o seu consumo de energia também é sazonal. Durante a estação, é muitas vezes difícil ajustar o consumo de energia em resposta ao aumento dos preços ou à escassez de energia. É necessário proceder à irrigação e a outras práticas de gestão da água, devendo as máquinas agrícolas operar em tempo útil durante a estação de crescimento. Os aumentos rápidos dos preços implicam custos imprevistos e podem representar riscos para a liquidez e a rentabilidade das explorações agrícolas e de outras atividades rurais.

([1]) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Autonomia estratégica e segurança e sustentabilidade alimentares» (JO C 105 de 4.3.2022, p. 56).
([2]) https://rural-vision.europa.eu/index_en.
([3]) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre A transição energética e digital nas zonas rurais (JO C 486 de 21.12.2022, p. 59).

2.4. Nas zonas rurais, os preços elevados da energia conduziram ao aumento dos custos suportados com serviços de primeira necessidade, como o aquecimento, a eletricidade, a logística e os transportes. As zonas rurais têm frequentemente um acesso limitado a infraestruturas de energia, e as distâncias a percorrer são frequentemente longas. A situação tem constituído um fardo pesado para a população e as empresas rurais. O rendimento médio nas zonas rurais é inferior ao auferido nas zonas urbanas ([4]). Os habitantes das zonas rurais enfrentam um risco mais elevado de exclusão social e de pobreza energética. Além disso, na atual conjuntura, as empresas rurais têm tido dificuldades em prosseguir a sua atividade e manter-se competitivas. Os preços elevados da energia têm tornado mais difícil o acesso das comunidades rurais a fontes de energia fiáveis e a preços acessíveis. Esta situação acarreta um risco acrescido de pobreza rural.

2.5. As mudanças rápidas no mercado têm repercussões em toda a sociedade. A turbulência nos mercados energéticos tem sido uma das principais fontes de inflação na UE. O índice harmonizado de preços no consumidor para a eletricidade, o gás e outros combustíveis registou em 2022 um aumento médio de 60 % em relação ao nível de preços de 2020. Na agricultura, o aumento correspondente dos preços da energia foi ainda mais acentuado. Em termos globais, os preços da energia na agricultura aumentaram 86 % no mesmo período de dois anos ([5])

3. **O impacto dos preços elevados da energia no setor agrícola**

3.1. A rápida evolução observada no mercado da energia da UE em 2021 e 2022 está bem patente nas variações dos preços do gás natural. O preço do gás natural é um indicador suficiente da evolução dos preços da energia em termos globais, uma vez que o gás é uma fonte importante de energia para aquecimento e é determinante para a fixação dos preços do mercado da eletricidade da UE. No setor agrícola, o gás natural é um insumo importante para a produção de adubos azotados. Para além dos movimentos do mercado ditados pelo gás natural, a evolução mundial dos preços do petróleo conduziu a um rápido aumento dos preços dos combustíveis. O aumento simultâneo dos preços do petróleo e do gás intensificou exponencialmente o impacto na agricultura.

3.2. Os agricultores sofrem o impacto do aumento dos preços da energia por via dos custos de produção diretos, dos fatores de produção intermédios e do consumo doméstico. Em termos globais, o preço da energia na produção agrícola foi, em 2022, 86 % superior ao preço registado em 2020. O maior aumento foi registado nos combustíveis para aquecimento — 225 % em comparação com 2020. O aumento de preços correspondente no que se refere aos adubos foi de 142 % e à eletricidade de 72 % ([6]).

3.3. Os custos globais de produção da agricultura foram significativamente mais elevados devido ao aumento dos preços dos fatores de produção. A elasticidade da procura em relação aos principais fatores de produção agrícolas é muito baixa, o que indica que a variação da procura é inferior à variação dos preços.

3.4. Na agricultura, as variações rápidas, de curto prazo, nos preços, em muito casos, deixam pouca margem para ajustamentos, dependendo do setor ou do modo de exploração em causa. A energia e os adubos representam uma parte significativa do total de fatores de produção utilizados na agricultura. De acordo com o Eurostat ([7]), a componente da energia no setor agrícola da UE representou 13,2 % em 2022. Além disso, verificou-se um aumento dos preços de outros fatores de produção.

3.5. Na agricultura da UE, os custos dos adubos em 2022 registaram um aumento de 103 % em comparação com 2020. O facto de o aumento de preços observado ser ligeiramente superior ao aumento dos custos permite concluir que houve uma diminuição da quantidade total de adubos utilizada na produção em 2022 em comparação com 2020. De forma análoga, os custos totais da energia aumentaram 66 % no mesmo período. Por conseguinte, a utilização de energia na agricultura também foi menor em 2022 ([8]).

3.6. Os preços voláteis da energia têm consequências a médio e a longo prazo. A médio prazo, o aumento dos custos de produção induzido pela energia pode acelerar o ritmo das mudanças estruturais na agricultura, tanto em termos de abandono das explorações agrícolas como de alterações na produção. Estes impactos são também semelhantes aos que afetam outras empresas rurais. A longo prazo, o aumento dos preços da energia acelera a transição para práticas de produção mais eficazes ou eficientes, mais económicas em termos de recursos naturais ou de fatores de produção.

([4]) Anuário Regional do Eurostat (2023).
([5]) Eurostat (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/prc_hicp_manr/default/table), cálculos próprios.
([6]) Contabilidade económica agrícola, Eurostat (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/apri_pi15_ina/default/table), cálculos próprios.
([7]) Contabilidade económica agrícola (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/aact_eaa01/default/table).
([8]) Contabilidade económica agrícola (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/aact_eaa01/default/table), cálculos próprios.

4. **O impacto dos preços elevados da energia nas zonas rurais**

4.1. Os fatores específicos que contribuem para a subida dos preços da energia variam consoante a região, o país e as circunstâncias particulares. O impacto do aumento dos custos da energia é maior nas zonas rurais do que nas zonas periurbanas e urbanas, o que se deve nomeadamente aos custos de distribuição e de entrega mais elevados, à fraca concorrência entre os fornecedores de serviços, a desafios relacionados com a infraestrutura energética, e às diferenças em matéria de subvenções e de políticas.

4.2. O rápido aumento dos preços da energia e a inflação elevada generalizada conduziram à diminuição do poder de compra dos consumidores. Em geral, o aumento dos salários e dos rendimentos não tem conseguido acompanhar o rápido crescimento da inflação.

4.3. Em 2022, o preço médio da eletricidade cobrado aos consumidores na UE registou um aumento de 44 % em comparação com 2020. Os preços no consumidor do gás e da energia para aquecimento registaram no mesmo período um aumento de 72 % e de 24 %, respetivamente. O peso relativo das despesas com o consumo de eletricidade, gás e outros combustíveis aumentou de 2020 para 2022 ([9]).

4.4. Os preços elevados da energia conduziram ao aumento do custo de vida da população rural. Esse aumento pode afetar a capacidade dessas pessoas para acederem a serviços de primeira necessidade, como o aquecimento, a eletricidade e os transportes. O aumento dos preços da energia está a contribuir para a pobreza rural. Os indivíduos e as famílias não têm recursos para comprar energia suficiente. Tal poderá traduzir-se num menor acesso a aquecimento, refrigeração e iluminação bem como numa menor capacidade para suportar os custos de outras necessidades energéticas essenciais. A pobreza energética pode ter efeitos negativos na saúde, na educação e na qualidade de vida em geral nas zonas rurais, em particular entre as populações vulneráveis e as pessoas idosas.

4.5. Os preços elevados da energia afetam as empresas e a atividade económica nas zonas rurais. Para além do setor agrícola, esta situação afetou muitas empresas de outros setores que operam nas zonas rurais. A incerteza tem desincentivado o investimento e aumentado o limiar para a contratação de trabalhadores. O setor do turismo, que é importante em muitas zonas rurais, também se ressentiu com o aumento dos preços da energia, o que acarreta o risco de diminuição das oportunidades de emprego, em especial nas zonas rurais e nas zonas rurais remotas, onde raramente existem oportunidades de emprego alternativas.

5. **Observações gerais**

5.1. O CESE constata que a Comissão e os Estados-Membros adotaram várias medidas para fazer face ao impacto do aumento dos preços da energia. Essas medidas incluem, nomeadamente, pacotes de apoio excecional aos agricultores mais afetados, em 2022, pela situação na Ucrânia e, em 2023, pelos persistentes custos de produção elevados, o aumento dos limites máximos para montantes de auxílio limitados concedidos aos agricultores, flexibilidade e o possível apoio a empresas afetadas pelo aumento dos custos da energia, bem como a supressão temporária dos direitos sobre os adubos, com exceção dos adubos provenientes da Rússia e da Bielorrússia. O aumento dos preços da energia também incentiva o investimento em fontes de energia alternativas na agricultura. Existem cada vez mais incentivos ao reforço da agricultura de precisão. As tecnologias dispendiosas compensarão em pouco tempo e proporcionarão rendimentos cada vez maiores a curto prazo.

5.2. O CESE apoia as iniciativas da Comissão para reduzir a dependência de fatores de produção e de fontes de energia de origem fóssil. Conforme enuncia na Comunicação — Assegurar a disponibilidade e acessibilidade dos adubos ([10]), a Comissão promoverá um melhor acesso a adubos orgânicos e nutrientes provenientes de fluxos de resíduos reciclados, especialmente nas regiões com uma baixa utilização de adubos orgânicos, apoiará a conversão do setor europeu dos adubos azotados num setor baseado em amoníaco produzido com recurso a hidrogénio renovável e não fóssil, além de procurar assegurar um quadro regulamentar estável e viável para a produção de hidrogénio renovável e hipocarbónico, que favoreça o rápido crescimento de um mercado de adubos produzidos a partir deste hidrogénio. A Comissão Europeia deve dar mais ênfase à promoção de adubos orgânicos na futura PAC através de regimes ambientais que recompensem os agricultores.

5.3. O CESE observa que, em vez de promoverem respostas políticas *ad hoc* a nível nacional, os Estados-Membros deveriam fazer melhor uso dos instrumentos disponíveis no âmbito dos planos estratégicos nacionais da PAC para responder à crise provocada pelas rápidas mudanças no mercado. Um estudo ([11]) revela que apenas 14 Estados-Membros aplicam instrumentos de gestão dos riscos no âmbito dos referidos planos estratégicos. Estes instrumentos devem incluir seguros de custos ou outras medidas orientadas para os custos. Os instrumentos atualmente aprovados ao abrigo dos planos complementam principalmente os regimes de seguros orientados para perdas de colheitas ou outros problemas relacionados com as condições meteorológicas. No entanto, existe também um exemplo de um instrumento de estabilização dos rendimentos que está a ser utilizado nos planos estratégicos nacionais aprovados da PAC.

([9]) Despesas de consumo das famílias, Eurostat (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/nama_10_co3_p3/default/table), cálculos próprios.
([10]) COM(2022) 590 final.
([11]) Thünen — «Working Paper 191a» [Documento de trabalho 191a do Instituto Thünen].

5.4. O CESE assinala que o rápido aumento dos preços e, consequentemente, dos custos de produção, também representa um desafio para os mecanismos da PAC. Um argumento frequentemente invocado para justificar as subvenções diretas ao abrigo da PAC é que estas constituem um instrumento para estabilizar os rendimentos dos agricultores face a mudanças rápidas no mercado. No entanto, a PAC atual não pode responder de forma suficiente ao impacto do rápido aumento dos custos de produção na agricultura. Por este motivo, o CESE propõe que a Comissão pondere a inclusão de elementos anticíclicos dotados de financiamento suficiente nos instrumentos da PAC após 2027. A adoção de medidas anticíclicas permitirá vincular mais estreitamente os níveis de apoio à evolução do mercado e reforçar a rede de segurança contra o aumento dos custos e a perda de rentabilidade.

5.5. O CESE apoia vivamente a ideia de que as práticas contratuais na cadeia de abastecimento alimentar devem refletir em maior medida a flutuação dos custos de produção na produção primária. Os contratos relacionados com a cadeia de abastecimento alimentar são, regra geral, rígidos e não têm suficientemente em conta a eventualidade de uma rápida evolução dos custos de produção. O CESE afirma perentoriamente ser necessário melhorar a situação. O CESE apela para a harmonização das diferentes legislações e práticas contratuais, a fim de criar coerência e eficiência entre os Estados-Membros.

5.6. O Pacto Ecológico Europeu e a sua Estratégia do Prado ao Prato visam reduzir a utilização de adubos azotados inorgânicos na agricultura. A redução da dependência da agricultura da UE de adubos azotados de origem fóssil constitui um objetivo fundamental. O aumento da utilização de nutrientes reciclados e de fontes não fósseis de nitrogénio trará benefícios para o ambiente e proporcionará novas oportunidades de negócio e de inovação a nível regional ([12]). Além disso, contribuirá para a consecução do objetivo da neutralidade carbónica até 2050.

5.7. O CESE sublinha a necessidade de promover uma maior coerência entre as políticas para acelerar o ritmo da transição ecológica, em especial no que respeita à descarbonização e às energias não fósseis. Importa assegurar que outras políticas setoriais, além das políticas agrícola e rural, tenham mais em conta estes objetivos. Tal requer igualmente um melhor aproveitamento dos regimes de capital de investimento e de capital de risco fora do âmbito do orçamento da UE. Para garantir a coerência das políticas, a verificação rural deve ser aplicada a todas as políticas.

5.8. O CESE assinala que o futuro e a prosperidade das zonas rurais são cruciais para a segurança alimentar, a autonomia estratégica ([13]) e a resiliência da Europa, bem como para a promoção de uma matriz energética sustentável que contribua para a independência energética da UE. O CESE insta a Comissão e os Estados-Membros a intensificarem o apoio às zonas rurais tendo em vista a expansão da produção sustentável de energias renováveis, nomeadamente eliminando os obstáculos existentes, descentralizando os sistemas de produção e de armazenamento, reforçando as redes de energia e formando profissionais qualificados, e a promoverem a utilização das energias renováveis como meio de contribuir para a autonomia energética, a diversificação dos rendimentos e a luta contra a pobreza energética e as alterações climáticas.

5.9. O CESE sublinha a importância de manter e desenvolver as infraestruturas rurais em toda a UE. A disponibilidade de infraestruturas adequadas e bem mantidas confere maior resiliência e permite a adaptação face à evolução das crises. Um elemento essencial da infraestrutura em todas as zonas rurais consiste numa rede de banda larga com ampla cobertura. A banda larga reduz a necessidade de deslocação diária entre o domicílio e o local de trabalho, criando assim melhores condições para o trabalho à distância. Além disso, melhora as condições de funcionamento das empresas rurais e, desse modo, contribui diretamente para o emprego nas zonas rurais.

5.10. O CESE realça que a energia renovável e a promoção da produção local de energia e das comunidades de energia representam uma parte importante da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE ([14]). O CESE defende a importância do empenho na concretização dos objetivos dessa visão. A este respeito, o CESE reconhece a importância de iniciativas como o Pacto Rural ([15]), que reforça a governação a vários níveis, facilita a colaboração entre as partes interessadas, e contribui ativamente para a promoção da energia renovável e o desenvolvimento sustentável no setor agrícola e nas zonas rurais.

([12]) Relatório de Informação do Comité Económico e Social Europeu — Benefícios da pecuária extensiva e dos fertilizantes orgânicos no contexto do Pacto Ecológico Europeu.
([13]) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Autonomia estratégica e segurança e sustentabilidade alimentares» (JO C 105 de 4.3.2022, p. 56).
([14]) Comunicação da Comissão — Visão a longo prazo para as zonas rurais da UE [COM(2021) 345 final].
([15]) https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/rural-pact_en

5.11. O CESE sublinha que o papel das comunidades de energia locais e regionais tem de ser reconhecido e promovido para se alcançar uma transição energética justa e eficiente nas zonas rurais ([16]). As comunidades de energia representam novas formas de produção e consumo de energia. O CESE considera que as comunidades de energia encerram muitas oportunidades e que as comunidades de energia renovável, em particular, se revestem de grande interesse para as zonas rurais. Existem vários exemplos de comunidades de energia que funcionam bem, nomeadamente as de Wildpoldsried ([17]), Elektrizitätswerke Schönau ([18]), Muttersholtz ([19]) e Claremorris and Western District Energy Co-Op ([20]).

5.12. Os investimentos em biogás, na energia eólica, na energia solar e noutras energias renováveis contribuem para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e reforçam a autossuficiência da UE em matéria de energia, em termos globais. Esses investimentos devem ser reforçados, em especial nas explorações agrícolas, pois poderiam estabilizar o mercado da energia e criar redes de segurança para proteger os consumidores rurais, os agricultores e as empresas de pequena dimensão contra a turbulência dos mercados através das redes energéticas locais e regionais.

5.13. O CESE destaca igualmente a importância da poupança de energia e do reforço da eficiência energética. Além de outros benefícios, a poupança de energia pode ajudar a superar mais facilmente crises futuras. Existem muitas possibilidades para poupar energia, nomeadamente através da melhoria do isolamento dos edifícios, do aumento da eficiência energética, de uma utilização mais inteligente da eletricidade, da escolha de opções de mobilidade diferentes e do trabalho à distância. Na agricultura, estas possibilidades incluem, nomeadamente, a agricultura de precisão e métodos de produção e máquinas mais eficientes em termos de combustível e energia.

Bruxelas, 14 de dezembro de 2023.

O Presidente
do Comité Económico e Social Europeu

Oliver RÖPKE

([16]) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre A transição energética e digital nas zonas rurais (JO C 486 de 21.12.2022, p. 59).
([17]) Debate temático sobre Pacto Rural: Energias renováveis nas zonas rurais (https://www.eesc.europa.eu/en/agenda/our-events/events//rural-pact-1-renewable-energies-rural-areas).
([18]) https://www.ews-schoenau.de/ews/geschichte
([19]) Muttersholtz, Territoire à énergie positive
([20]) https://claremorris-energy-coop.com